

Dúvidas Técnicas

1. Tendo em vista o volume de equipamentos e materiais a serem mobilizados, bem como equipe a ser contratada e treinada para atendimento ao escopo, solicitamos aumento do prazo de mobilização de 20 para 45 dias.

R. Esclarecemos que o prazo de mobilização está descrito no Termo de Referência (Anexo I). Salientamos a necessidade do cumprimento desse prazo visto a o serviço ser essencial para a manutenção das condicionantes ambientais da Contratante.

2. Favor informar o prazo limite para emissão da OS após assinatura do contrato.

R: Os trâmites administrativos relativos à emissão da OS são atos discricionários da Administração, não tendo prazos limites. Importa destacar porém, que a essencialidade do serviço contratado demanda rapidez na sua emissão.

3. O Termo de Referência prevê que *“os preços contratados poderão ser reajustados ao final de cada período de 12 (doze) meses”*. Tendo em vista que o maior custo do contrato é relacionado a mão de obra, e que sofre reajuste praticamente automático, favor confirmar que as linhas do contrato serão reajustadas a cada 12 meses a partir da apresentação da proposta. Adicionalmente, sugerimos que o índice seja substituído pela variação positiva do INPC.

R: Todas as questões relativas à reajuste estão estipuladas na Cláusula Quinta da minuta do Contrato.

4. O item 16.4.1.2. do Edital prevê a comprovação de participação em ao menos *“1 (um) evento de resposta de atendimento a emergência de vazamento de óleo em mar de nível 2”*. Tendo em vista que não há um critério específico para estabelecer o nível, favor informar qual o critério será avaliado, como por exemplo o volume de óleo derramado no mar.

A título de exemplificação, tendo em vista que o cálculo da descarga média é o menor valor entre 200m³ e 10% da descarga de pior caso, e a descarga de pior caso do PEI da APPA é de 2.300m³, o valor da descarga média é 200m³.

R. O critério a ser utilizado é o previsto no anexo III da Resolução CONAMA 398/2008, entendendo-se como nível 2 o volume de descarga média.

5. O item 4.1 do Termo de Referência prevê que *“No caso dos equipamentos de armazenamento temporário, tanques infláveis flutuantes e autoportantes, os mesmos podem ser substituídos parcialmente, por caminhões-tanque com capacidade equivalente, desde que atenda a demanda dos planos de emergência e tempo de resposta.”* Em relação a este item, favor confirmar:

- a. Este item faz referência tanto para os recursos fixos da base como também para recursos adicionais que podem ser mobilizados para atendimento a emergências.
 - i. Este item se refere apenas ao recursos mobilizáveis por demanda.
 - b. Em caso afirmativo, na hipótese dos caminhões poderem substituir tanques da base, favor confirmar que estes caminhões poderão ser acionados sob demanda.
 - i. Neste caso, os caminhões serão somente por demanda pois só podem substituir os equipamentos mobilizáveis sob demanda.
 - c. Para acionamentos do caminhão sob demanda, favor informar o prazo para disponibilização e o limite de tancagem em m³ que poderá ser substituído.
 - i. O prazo de disponibilização deverá ser o mesmo previsto no equipamento que for substituído, conforme estabelecido na planilha de composição de preços “equipamentos sob demanda”. A quantidade a ser substituída dependerá das características da emergência e avaliação do melhor equipamento a ser utilizado.
6. O ANEXO II – Planilha Orçamentária de Composição de Preços define linhas para tancagem de armazenamento temporário. Favor confirmar o entendimento que poderá ser considerada composição de tanques para atendimento ao volume total (exemplo: 1 tanque de 15m³ ou 1 tanque de 10m³ + 1 tanque de 5m³).
- i. A composição de tanques deve ser a estabelecida na planilha orçamentária de composição de preços.
7. O ANEXO II – Planilha Orçamentária de Composição de Preços define linhas para sistemas de recolhimento. Favor confirmar o entendimento que poderá ser considerada composição de sistemas para atendimento à capacidade nominal de recolhimento por hora (exemplo: sistema com capacidade de recolhimento de 50m³/h ou 2 sistemas com capacidade de recolhimento de 25m³/h).
- i. A composição sistemas de recolhimento deve ser a estabelecida na planilha orçamentária de composição de preços.
8. O ANEXO II – Planilha Orçamentária de Composição de Preços prevê no item 1.27 da planilha de “Custos de Equipamentos Mobilizáveis” o recurso “Embarcação para navegação em mar aberto (área de fundeio externa do Porto), conforme normas da Capitania dos Portos do Paraná”. Visando a garantia da isonomia entre as licitantes, favor informar as especificações mínimas dessa embarcação que serão aceitas (comprimento mínimo, boca mínima, motorização mínima e área livre de convés), tendo em vista que a especificação de navegação em mar aberto pode gerar diferentes interpretações.
- i. Deverá ser considerado, as especificações mínimas que permitam navegação em mar aberto, aprovada pelas normas da Marinha do Brasil, e adequadas para transporte dos equipamentos para atendimento a emergência.
9. Ainda em relação ao item 1.27 da planilha de “Custos de Equipamentos Mobilizáveis”, tendo em vista o curto prazo de mobilização de até 1h, para a garantia de atendimento,

o recurso deveria ser disponibilizado de forma dedicada na base. Diante do acima exposto, sugerimos revisão de modo a flexibilizar o prazo para 06 horas, tendo em vista que já são previstos outros recursos de primeira resposta na base, ou inclusão do recurso na planilha de “*Recursos e Equipamentos Permanentes*”.

- i. Esclarecemos que no Item mencionado, mantém-se como sob demanda e que deve ser cumprido o tempo de resposta como descrito, caso seja necessário, visto que é para atendimento em área com condições diversas das embarcações previstas nos recursos e equipamentos permanentes.

10. A Minuta Contratual em seu item 17.3.1 prevê a possibilidade de rescisão imotivada do contrato. Considerando o alto investimento da CONTRATADA para execução do escopo e o grande número de colaboradores envolvidos na prestação dos serviços, solicitamos que, caso a decisão de rescisão imotivada seja da CONTRATANTE, deverá a CONTRATANTE devolver a garantia, efetuar o pagamento pelos serviços prestados até a data da rescisão, e efetuar o pagamento dos custos da desmobilização, bem como efetuar o pagamento de multa rescisória no percentual de 50% do saldo remanescente do Contrato.

R: O item 17.3.1 não prevê “rescisão imotivada”, mas sim, rescisão unilateral por qualquer das partes, de forma expressa e escrita. A minuta contratual prevê as obrigações e responsabilidades que incidem numa eventual rescisão.

11. O item 17 do Termo de Referência informa que durante o “*período de mobilização, a CONTRATADA deverá ter condições de atendimento a quaisquer emergências objeto deste contrato, que venham a ocorrer nos portos organizados de Paranaguá e Antonina*”. Tendo em vista a necessidade de contratação de equipe e mobilização de equipamentos, favor confirmar que tal atendimento deve ser considerado apenas após o prazo da mobilização ser concluído.

- a. Considerando que a disponibilidade de recursos para atendimento a emergências é condicionante da licença de operação de ambos os portos, não é possível que haja disponibilidade para atendimento apenas após o período de mobilização. Sendo assim, a ganhadora deverá ter a capacidade de atendimento em eventual emergência durante o período de mobilização.

12. Em relação ao item 7.1 da Minuta Contratual, solicitamos que o efetivo aceite pela Comissão de Fiscalização das medições dos serviços concluídos sejam realizados nos prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro. Caso não haja um prazo definido, solicitamos que a aprovação ocorra em até 5 (cinco) dias úteis.

Ultrapassado o prazo de aprovação sem a manifestação da CONTRATANTE/Comissão, a CONTRATADA estará tacitamente autorizada a emitir a fatura.

- a. As medições são realizadas mensalmente, até o dia 10 de cada mês, prazo também para emissão de nota fiscal e protocolo de solicitação de pagamento, conforme normas internas da contratante.

13. Em relação aos itens 7.1.7 e 7.1.13 da Minuta Contratual, solicitamos que a penalidade descrita nesta cláusula somente seja efetivamente aplicada após instauração de regular processo administrativo com o exercício da ampla defesa pela CONTRATADA.

R: Solicitação não será atendida, pois a minuta já contém regras quanto à instauração de processo administrativo.

14. Em relação ao item 7.1.12 da Minuta Contratual, tendo em vista o escopo dos serviços e a possibilidade de demanda por recursos e serviços não previstos nas tabelas de preços, solicitamos a inclusão de que a CONTRATANTE reembolsará a CONTRATADA de todas as despesas por ela adiantadas que não façam parte dos preços, desde que previamente aprovadas pela CONTRATANTE, acrescidas de taxa de administração no percentual de 15% (quinze por cento) e impostos, através da emissão de nota fiscal.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital.

15. Em relação ao item 7.1.14 da Minuta Contratual, solicitamos que na hipótese de atraso de pagamento, parcial ou total, da remuneração prevista no presente Contrato, a CONTRATANTE fica obrigada a pagar o valor em atraso (i) atualizado monetariamente de acordo com a variação do IPCA, (ii) acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês pro-rata die e (iii) com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado e acrescido de juros.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

16. Em relação ao item 12.3 da Minuta Contratual, solicitamos que os vícios, defeitos ou incorreções sejam devidamente comprovadas pela CONTRATANTE.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

17. Em relação à Cláusula Décima Terceira da Minuta Contratual, tendo em vista a especificidade dos serviços que serão prestados, solicitamos a inclusão das seguintes disposições:

(i) Responsabilizar-se pela destinação de qualquer resíduo gerado durante a execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade em caso de qualquer incidente, evento ou acidente envolvendo tal resíduo;

(ii) Repor ou mesmo ressarcir imediatamente a CONTRATADA, no caso de dano de qualquer natureza em quaisquer dos equipamentos e materiais fornecidos por ela durante a execução dos serviços quando por razões não relacionadas à CONTRATADA;

(iii) Em casos de derramamento de óleo, a CONTRATANTE será responsável pela limpeza dos equipamentos e pela destinação dos resíduos recolhidos. Os equipamentos que, pelos danos ocorridos, não puderem ser limpos ou reparados, serão indenizados pela CONTRATANTE, em fatura separada, no valor de mercado atual dos respectivos equipamentos;

(iv) A CONTRATANTE será a única responsável por qualquer descumprimento da legislação ambiental que a ela seja imputável, diretamente ou por meio de subsidiárias, representantes, empregados ou terceiros que atuem em seu nome, sendo integralmente

responsável por todas as penalidades eventualmente impostas pelas autoridades ambientais, assim como por qualquer dano causado ao meio ambiente em decorrência de suas atividades e/ou eventual derramamento de óleo ou material perigoso que seja ou possa ser imputável à CONTRATANTE.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

18. Em relação à Cláusula Décima Quarta da Minuta Contratual, tendo em vista a especificidade dos serviços que serão prestados, solicitamos a inclusão de que nenhuma Parte será responsável perante a outra por quaisquer danos indiretos ou lucros cessantes, sendo os danos limitados aos danos diretos.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

19. Em relação ao item 14.15 da Minuta Contratual, considerando o teor amplo da redação e a passividade de interpretação subjetiva da mesma, solicitamos a sua exclusão.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

20. Em relação ao item 14.21 da Minuta Contratual, sugerimos a alteração da redação “*de imediato*” para constar em prazo razoável acordado entre as Partes.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

21. Em relação ao item 14.26 da Minuta Contratual, solicitamos que esta previsão somente seja aplicada quando houver prévio acordo entre as Partes.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

22. Em relação ao item 16.1.1.3.2. da Minuta Contratual, e de modo a não causar um desequilíbrio econômico no contrato, solicitamos que o teto de aplicação seja ajustado para 10% (dez por cento) do faturamento mensal.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

23. Em relação ao item 16.1.1.3.3. da Minuta Contratual, e de modo a não causar um desequilíbrio econômico no contrato, solicitamos que o teto de aplicação de multa seja ajustado para 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

24. Em relação ao item 16.1.1.7 da Minuta Contratual, entendemos que esta hipótese é passível de interpretação subjetiva. Desse modo, solicitamos a sua exclusão.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

25. Em relação ao item 16.3 da Minuta Contratual, solicitamos que o prazo seja alterado para 30 (trinta) dias corridos.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

26. Em relação ao item 17.2 da Minuta Contratual, solicitamos que antes da aplicação do item 17.2.1 e 17.2.2, seja concedido à CONTRATADA o prazo de 20 (vinte) dias corridos para saneamento de irregularidades e inadimplementos.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

27. Em relação ao item 17.5 da Minuta Contratual, de modo a deixar a redação mais clara, sugerimos a alteração para "Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, tendo ainda direito a: (...)"

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

28. Em relação ao item 17.6.2 da Minuta Contratual, entendemos que esta hipótese somente será aplicável quando a rescisão ocorrer de forma unilateral da CONTRATANTE por culpa exclusiva e comprovada pela CONTRATADA. Caso contrário, a garantia será devolvida à CONTRATADA. Poderiam confirmar o entendimento?

R: O entendimento não está correto, não admitindo esta interpretação.

29. Em relação ao item 19.1, solicitamos aumento do prazo para 2 (dois) dias úteis, de modo que seja possível atender a todas as informações solicitadas.

R: Solicitação não será atendida, pois exigiria republicação do edital

30. Sobre as manutenções que a contratada deverá efetuar nos equipamentos de propriedade da Portos do Paraná, entendemos que estamos falando somente de manutenção preventiva, está correto o entendimento? Em caso de manutenções corretivas, não é possível estimar os custos de peças e equipamentos necessários. Adicionalmente, sugerimos que a licitante vencedora tenha acesso aos planos de manutenção e histórico de manutenção dos equipamentos.

a. O entendimento está correto, se trata só de manutenção preventiva.

31. Ainda em relação ao item anterior, a tabela de equipamentos mencionada da Portos do Paraná, prevê materiais consumíveis (travesseiro, barreira e manta absorvente) em que não é possível realizar manutenção. Devemos prever a reposição dos itens, ou não são aplicáveis para este quesito?

a. Não é aplicável, se tratando apenas dos cuidados preventivos para manter o material utilizável.

32. Em relação a manutenção do detector multigás que será disponibilizado para uso da contratante, entendemos que devemos nos responsabilizar somente pelas manutenções preventivas do aparelho, como por exemplo as calibrações, correto?

a. Não, o aparelho é de total responsabilidade da contratada, sendo de sua propriedade. Devendo realizar todas as manutenções necessárias que garantam o seu pleno funcionamento.

33. Gentileza confirmar se a Portos do Paraná irá disponibilizar local para descida das embarcações, ou se as descidas deverão ser realizadas exclusivamente em área externa, como por exemplo marinas na região.

a. As descidas de embarcações deverão ser realizadas conforme detalhado no item 5.1.1 Veículos e Embarcações do termo de referência.

34. Podemos considerar que o entendimento da manutenção básica e limpeza do CPRE são referentes somente a manutenção preventiva e de conservação da instalação?

- a. As manutenções do CPRE estão previstas no item 5.1.3 Estrutura permanente do termo de referência.
- 35. Favor disponibilizar o histórico de operações e emergências em mar e terra e preferencialmente, incluindo características de ocorrências.
 - a. O histórico poderá ser apresentado em visita técnica, conforme o edital.
- 36. Favor informar a ordem de prioridade das atividades da equipe operacional, como por exemplo, rotinas operacionais e treinamentos/reuniões com a brigada do porto.
 - a. Tais atividades serão definidas em planejamento periódico com a gestão do contrato.
- 37. Favor informar a frequência de ocorrências de atividades de apoio marítimo para fiscalização de saúde, segurança e meio ambiente, cumprimento de normas e etc.
 - a. As atividades de apoio a fiscalização possuem previsão de 10 saídas mensais, conforme planilha de composição de preços.